



# DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia  
OAB

# CURSO DE EMERGÊNCIA

## SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

### DIREITO CONSTITUCIONAL

### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

João, com quarenta e dois anos de idade, pretende candidatar-se a cargo vago, mediante concurso público, organizado pelo Estado X, tendo, inclusive, se matriculado em escola preparatória. Com a publicação do edital, é surpreendido com a limitação, para inscrição, dos candidatos com idade de, no máximo, vinte e cinco anos.

Inconformado, apresenta requerimento ao responsável pelo concurso, que aduz o interesse público, tendo em vista que, quando mais jovem, maior tempo permanecerá no serviço público o aprovado no certame, o que permitirá um menor déficit nas prestações previdenciárias, um dos problemas centrais do orçamento do Estado na contemporaneidade.

O responsável pelo concurso é o Governador do Estado X. Não há previsão legal para o estabelecimento de idade mínima, sendo norma constante do edital do concurso.

Diante da situação, João impetrou Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça local, órgão competente de forma originária, para conhecer e julgar a questão. A segurança foi denegada, pretendendo o impetrante interpor recurso alegando a violação de preceitos constitucionais e os atinentes à Administração Pública.

Não houve deferimento da gratuidade de Justiça. Na qualidade de advogado, elabore a peça cabível, contra a decisão que denegou a segurança. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01

A Lei Estadual nº 123 entra em confronto com uma norma da respectiva Constituição Estadual, que trata de normas da educação básica. E ainda, ao mesmo tempo viola norma da Constituição Federal. O Partido Político Sigma, que tem representantes apenas na Câmara dos Deputados, procura você na qualidade de advogado para examinar a constitucionalidade in abstrato desse diploma normativo e ajuizar a medida judicial cabível. De acordo com a narrativa acima, responda aos itens a seguir:

a) É possível afirmar que uma ação de controle abstrato tendo como objeto a referida Lei apenas pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal? Responda justificadamente.

b) Caso o STF declare a constitucionalidade da norma estadual, é correto afirmar que o julgamento pelo TJ estará prejudicado?



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 02

Mévia é líder de um grupo de cidadãos brasileiros que pretende constituir um partido político de caráter regional, que tenha, entre suas propostas, o desenvolvimento da educação e o fim do direito de os partidos políticos receberem recursos do fundo partidário, devendo ser custeado com recursos financeiros de seus membros e de entidades estrangeiras educacionais. Tícia, brasileira naturalizada, com 26 (vinte e seis) anos de idade, deseja concorrer ao cargo de Deputado Federal, todavia determinada sentença judicial transitada em julgado, cancelou sua naturalização. À luz da sistemática constitucional, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) As características do partido político que Mévia lidera estão em conformidade com a Constituição Federal de 1988?
- b) É possível a eleição de Tícia a deputada federal?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 03

A senadora Rosa foi alvo de investigação pelo Ministério Público, sendo que foi identificada que ela seria autora de um crime de concussão no exercício do mandato, que teria sido praticado após sua diplomação. Com o indiciamento, Rosa foi chamada para prestar esclarecimentos sobre os fatos no procedimento investigatório, caso fosse de sua vontade. Buscando saber quais seriam as consequências, a senadora foi até os seus advogados para esclarecer algumas dúvidas. Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que o Ministério Público não pode oferecer a denúncia contra a senadora sem autorização da casa legislativa?
- b) A ação penal contra a senadora Rosa poderá ter regular prosseguimento, independentemente de ciência da Casa Legislativa respectiva?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 04

Um deputado distrital propôs projeto de lei ordinária para estabelecer requisitos mais simplificados para a regularização de empresas de pequeno porte constituídas sob leis brasileiras e com sede e administração no país. Um parlamentar, entendendo que o projeto de lei afronta diretamente disposição da constituição resolve impugná-la. Nesse sentido, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Seria cabível uma ADI contra o projeto de lei ordinária?
- b) Caso seja cabível a ADI, o parlamentar tem legitimidade para ajuizar?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Bom simulado!

Abs,

Prof. Diego Cerqueira